



RELISE

## **DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA<sup>1</sup>**

*DISSEMINATION OF SOCIO-ENVIRONMENTAL INFORMATION IN AN  
ENERGY DISTRIBUTION AND GENERATION COMPANY INSIDE THE  
AMAZON*

*Eliezer Ferreira da Conceição<sup>2</sup>*

*Mário César Sousa de Oliveira<sup>3</sup>*

*Francisco Igo Leite Soares<sup>4</sup>*

*Hugo Azevedo Rangel de Moraes<sup>5</sup>*

*Glauce Vitor da Silva<sup>6</sup>*

*Thiago Almeida Vieira<sup>7</sup>*

### **RESUMO**

A pesquisa teve por desiderato verificar as características relacionadas à divulgação de informações socioambientais na companhia Equatorial Energia Pará, antes conhecida como Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade no modelo GRI, entre os anos de 2010 a 2016, com abordagem qualitativa, através de análise descritiva. Para a coleta da divulgação de informações, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, mediante a busca por palavras-chave sobre 42 itens de divulgação, sendo que os dados foram submetidos à análise estatística descritiva. Os resultados evidenciaram que a média dos itens sem nenhuma divulgação é expressivamente superior, a média dos itens que tiveram algum tipo de divulgação. Ademais, verificou-se um baixo nível de

---

<sup>1</sup> Recebido em 19/11/2020. Aprovado em 13/12/2020.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. mcesar@unifesspa.edu.br

<sup>4</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará. franciso.soares@ufopa.edu.br

<sup>5</sup> Universidade Federal do Cariri. hugo.rangel@ufca.edu.br

<sup>6</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará. glaucevitor@yahoo.com.br

<sup>7</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará. thiago.vieira@ufor.edu.br



RELISE

84

*disclosure* ambiental no período analisado, bem como, é possível inferir que não houve progresso no processo de divulgação de informações socioambientais.

**Palavras-chave:** divulgação socioambiental, GRI, Equatorial Energia Pará.

### ABSTRACT

The research aimed to verify the characteristics related to the disclosure of social and environmental information in the company Equatorial Pará, previously known as Centrais Elétricas do Pará - CELPA. For this purpose, a documentary research was carried out in the sustainability reports in the GRI model, between the years 2010 to 2016, with a qualitative approach, through descriptive analysis. For the collection of information disclosure, the content analysis technique was used, by searching for keywords on 42 disclosure items, and the data were subjected to descriptive statistical analysis. The results showed that the average of the items without any disclosure is significantly higher, the average of the items that had some type of disclosure. In addition, there was a low level of environmental disclosure in the period analyzed, as well as, it is possible to infer that there was no progress in the process of disclosing socioenvironmental information.

**Keywords:** socioambiental disclosure, GRI, Equatorial Energia Pará.

### INTRODUÇÃO

A década de 60 foi o período em que a questão ambiental tornou-se tema a ser debatido de maneira mais veemente, especificamente, quando a sociedade, através de alguns segmentos, passou a questionar a qualidade de vida das populações (SUERTEGARAY; SCHÄFFER, 1988). A partir de então, temática tem sido assunto de discussão nas mais diversas esferas da sociedade.

Com o fortalecimento do debate ambiental, pressões políticas, sociais e econômicas vêm aumentando significativamente sobre os setores empresariais, para que estes modifiquem seu modo de relacionamento com o meio ambiente, demonstrando dessa forma, um maior comprometimento



RELISE

socioambiental através de práticas de gestão e controle ambiental com ênfase em medidas preventivas (SILVA; LIMA, 2013).

Desde a delimitação dessa problemática, Cavalcante (2017) afirma que, gradativamente, a preocupação com o meio ambiente vem se tornando uma questão de sobrevivência. Tal preocupação tem influenciado no comportamento de todos os grupos da sociedade em geral. Além disso, esse fato tem estabelecido a formação de um novo perfil de consumidor, consciente e compromissado com a preservação do meio ambiente (CAVALVANTI *et. al*, 2010).

Rover e Borba (2007) asseveram que devido à visibilidade que a degradação ambiental vem adquirindo nos últimos anos, empresas potencialmente poluidoras, como é o caso das companhias energéticas, têm sido pressionadas a empreenderem ações quanto à preservação e mitigação de impactos ambientais.

A partir de então, essas organizações têm sido impulsionadas, seja por lei, normas ou voluntariamente, a se adequarem a essa nova realidade, através do direcionamento de sua atenção, não só para o fator econômico-financeiro, mas, também, em aspectos como a transparência referente às questões ambientais. Nesse sentido, Rover (2009) afirma que com esse novo cenário, percebe-se que se tem tornado constante a busca por maior divulgação de informações de caráter socioambiental.

Ainda nessa perspectiva, a adoção dessa recente prática de divulgação de informações socioambientais, influenciou as empresas a apresentarem em seus relatórios anuais, além de demonstrações contábeis e relatórios da diretoria, balanços sociais e ambientais (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012).

Por outro lado, Conceição *et al.* (2017) preconizam que a divulgação de informações ambientais é uma maneira que as empresas vêm utilizando para



RELISE

86

evidenciar o real comprometimento com as práticas que correspondem às essas novas expectativas do mercado, demonstrando a responsabilidade e a valorização para com o meio ambiente e agregando valor a entidade.

De acordo com Maçambanni *et al.* (2013), vários setores caracterizados como potencialmente poluidores, despertam mais atenção da comunidade, no que se refere aos aspectos atinentes ao meio ambiente, dentre eles o setor de energia elétrica. Esses mesmos autores destacam ainda, que a preocupação da sociedade referente aos impactos ambientais causadas pelas organizações do setor elétrico, estimulou o interesse de acompanhar e verificar o relacionamento das empresas com a questão da sustentabilidade.

No Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), criada em 1996, cuja finalidade é mediar, fiscalizar e regular as atividades do setor elétrico, instituiu que as entidades desse ramo, devem publicar anualmente, o Relatório de Responsabilidade Social, no qual são demonstrados os impactos sociais e ambientais causados em seu ambiente de atuação. Tal evidenciação busca clarificar a natureza e o montante dos recursos empresariais às ações de cunho sustentável (AZEVEDO; CRUZ, 2008).

Assim sendo, levando-se em consideração a crescente necessidade de divulgação de informações socioambientais nas empresas do setor de energia elétrica (OLIVEIRA, 2017; RAMOS, 2017; RIBEIRO *et al.*, 2017; AZEVEDO, CRUZ, 2008; BRAGA *et al.*, 2013; GUBIANI, SANTOS, BEUREN, 2013; MAÇAMBANNI, 2013; ROSA *et al.*, 2013), procura-se averiguar a evolução da divulgação de informações socioambientais ao longo dos anos na Empresa Equatorial Energia Pará. Fica, portanto, evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância, atualidade e, principalmente, pela incipiência de pesquisas relacionadas acerca desse assunto nesta empresa.



RELISE

87

Em vista disso, o referido trabalho teve como objetivo verificar a evolução da divulgação de informações socioambientais ao longo dos anos na companhia Equatorial Energia Pará.

Diante do exposto, o estudo busca responder a seguinte questão-problema: Quais as características relacionadas à evolução da divulgação de informações socioambientais ao longo dos anos na companhia Equatorial Energia Pará?

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a fundamentação teórica, que aborda os aspectos relacionados ao *disclosure* ambiental e estudos empíricos anteriores. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### *Disclosure ambiental*

*Disclosure* significa mostrar, publicamente, de maneira clara e evidente, informações e fatos importantes para os usuários desta informação, indo além de apenas informar (RAMOS, 2017).

Conforme Leal *et al.* (2017), *disclosure* é qualquer informação evidenciada pela empresa, a qual possibilita aos analistas terem os dados essenciais que demonstram a real situação econômica, financeira, patrimonial e social da empresa.

Neste sentido, a contabilidade ambiental objetiva demonstrar aos usuários internos e externos, os fatos ambientais que influenciam no resultado patrimonial da organização por intermédio da análise do patrimônio ambiental,



RELISE

bens, direitos e obrigações da empresa em relação ao meio ambiente e ao uso dos recursos naturais (PEGLOW; ROVER, 2017).

No que tange à divulgação de informações de natureza socioambiental, essa se encontra, ainda, em fase inicial, quando comparada com informações de cunho financeiro (PEREIRA; LUZ; CARVALHO, 2013). No entanto, o nível de *disclosure* ambiental dependerá da influência de seus *stakeholders* (BRAGA *et al.* 2011). Pois, para Beuren, Santos e Gubiani (2013), nem sempre os *stakeholders* têm ciência dos passivos ambientais, nem dos próprios ativos ambientais.

Por outro lado, Silva *et al.* (2012) defendem que a evidenciação de informações ambientais, atualmente, vem atingindo maiores proporções devido a sociedade estar preocupando-se cada vez mais, com desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.

Dessa forma, Cavalcante (2012) argumenta que o *disclosure* ambiental é uma maneira que a sociedade pode utilizar para controlar os impactos ambientais causados pelas empresas. Além disso, o mesmo autor afirma que essas informações devem ser divulgadas periodicamente.

Santos, Silva e Lorandi (2013) afirmam que a divulgação ambiental no setor empresarial, como resposta aos impactos ambientais como produção de resíduos, emissões, efluentes, áreas degradadas, dentre outros problemas, ganha cada vez mais ênfase no contexto internacional. Com base nessas implicações, surge uma demanda por informações que contemple mais detalhes da relação entre as entidades com o meio ambiente, podendo ser suprida pela transparência nas divulgação de informações ambientais.

Neste mesmo prisma, Pereira, Luz e Carvalho (2013) asseguram, ainda, que há vários motivos que impulsionam as empresas a divulgarem informações de natureza ambiental, havendo a possibilidade de serem às vezes conflitantes e de interesses diversos.



RELISE

89

Leal *et al.* (2017) asseveram que a divulgação de informações socioambientais demonstra os critérios e ou procedimentos dentro das empresas, no que tange aos custos ambientais, os quais englobam os gastos realizados pela entidade em itens de controle ambiental de sua atividade, ou, ainda, em ações que visem à proteção do meio ambiente.

Na concepção de Conceição *et al.* (2017), uma entidade como a *Global Reporting Initiative* (GRI) é de fundamental importância para divulgação ambiental, pois essa fundação é considerada como modelo na formatação de relatórios de sustentabilidade que podem ser utilizados pelos mais diversos escopos de empresas.

Nessa mesma perspectiva, Beuren, Santos e Gubiani (2013) declaram que na divulgação de informações ambientais, podem ser incluídas informações relacionadas às políticas ambientais utilizadas pela empresa, custos e despesas gerados para preservação ambiental, investimentos para recuperar uma área já devastada pelas atividades empresariais, como também pode conter informações a respeito das práticas de gestão ambiental e de conservação da biodiversidade.

Outrossim, o *disclosure* ambiental pode ser entendido como mecanismo utilizado pelas empresas para atender à necessidade informacional de um determinado grupo de usuários (governo, funcionários, acionistas, administradores, etc.), no que se refere a informações de caráter ambiental. Além disso, tais informações são disponibilizadas nos websites das empresas ou mediante relatórios (SILVA *et al.*, 2012).

As entidades vêm divulgando relatórios de evidenciação socioambiental para demonstrar transparência e preservar sua imagem, além de proporcionar aos mais diversos usuários informações eficazes (DI DOMENICO; TORMEN; MAZZIONI, 2017).





RELISE

90

Ademais, Cavalcante (2012) ressalta que, a divulgação de informações socioambientais torna a sociedade, em geral, consciente da realidade da empresa, assim como os sócios e usuários em geral, além de trazer uma boa imagem para instituição. Além disso, é relevante divulgar os procedimentos que são realizados em prol do desenvolvimento sustentável (BORGES; ROSA; ENSSLIN, 2010).

Para Boeing e Rover (2016), a divulgação de informações socioambientais tem dois lados: um positivo e um negativo. Sobre o viés positivo, essas autoras destacam o seguinte: a evidenciação ambiental aumenta a liquidez das ações e o surgimento de uma imagem socialmente eficaz. No que tange ao aspecto negativo, verifica-se que a preparação das informações ambientais, gera custos e algumas informações estratégicas acabam tornando-se públicas e de fácil acesso aos concorrentes.

A divulgação ambiental implica em disponibilizar informações de cunho financeiro e não financeiro aos mais diversos usuários (clientes, fornecedores, funcionários, governo, acionistas, sócios, administradores) sobre a relação da organização com o meio ambiente. Essas informações podem ser evidenciadas nos relatórios anuais, como o relatório da administração, ou em relatórios sociais específicos (BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013).

Peglow e Rover (2017) salientam que a divulgação ambiental é uma forma de suprir a demanda por informações sobre o uso e exploração dos recursos naturais, pois a sociedade vem exigindo cada vez mais por evidenciação deste tipo. Todavia, o *disclosure* ambiental não deve funcionar apenas como um “marketing verde”, mas também como uma maneira de mostrar à sociedade a responsabilidade ambiental.

Cavalcante (2012) argumenta que a evidenciação de informações ambientais pode ser destacada em todos os demonstrativos, mesmo por aqueles que não são obrigatórios. Além disso, tal fato tem como objetivo





RELISE

91

auxiliar na transparência das ações da empresa, no que tange a mitigação de impactos no meio ambiente.

Os relatórios ambientais, socioambientais ou simplesmente ambientais são artefatos que podem ser adotados pelas entidades para relatar e evidenciar seu desempenho ambiental, podendo ser compreendida de forma genérica, o fornecimento de dados auditados ou não, referentes aos impactos e eventos da atividade da empresa no meio ambiente, que engloba, especificamente, riscos, impactos, políticas e estratégias (BEN, 2005).

Conceição *et al.* (2017) preconizam que no Brasil, grande fração dos relatórios de sustentabilidade evidenciados, estão modelados por uma das três instituições mais proeminentes neste quesito: Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômica (IBASE); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e, *Global Reporting Initiative* (GRI) e suas diretrizes.

A GRI tem o objetivo de desenvolver e disseminar diretrizes para a criação de relatórios de sustentabilidade utilizáveis, voluntária e global, por empresas que o desejarem. Além disso, nesses relatórios podem ser evidenciadas informações sobre perspectivas econômicas, sociais e ambientais, provenientes dos serviços, produtos e atividades desenvolvidas pelas empresas. E, nessa linha, a GRI sugere que deve haver um reflexo de uma postura de responsabilidade social e ambiental da empresa, através da evidenciação total ou parcial de seus indicadores (BEN, 2005).

Com relação às empresas do setor de energia elétrica, Rosa *et al.* (2013) reiteram que a divulgação de informações ambientais é uma resposta à sociedade sobre aspectos (consumo de recursos naturais, comunicação e gestão ambiental) e impactos ambientais (resíduos, emissões, efluentes e áreas degradadas) gerados por esse setor.



RELISE

### *Estudos empíricos anteriores*

Pereira, Luz e Carvalho (2013) realizaram um estudo com o objetivo de identificar o nível de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis das empresas do setor de energia elétrica do Brasil, no ano de 2012. Para tal fim, foram selecionadas as empresas brasileiras do setor de energia elétrica classificadas como 100 maiores empresas do Brasil de acordo com a Revista Exame.

Os resultados evidenciam que a divulgação das informações de natureza ambiental ainda é muito tímida. As empresas com o nível mais satisfatório (regular) com 36,36% de evidenciação foram Petrobrás, AES Eletropaulo, Cemig Distribuição e Copel e as empresas com nível menos satisfatório de evidenciação (ruim) com 0% de evidenciação foram Eletrobrás e Ligth Distribuição, denotando que deste segmento empresarial o nível de evidenciação ambiental ainda é frágil e necessita de regulamentação e maior transparência.

Nessa mesma linha, Anzilago *et al.* (2017) promoveram uma análise, com a finalidade de identificar, quais fontes geradoras de custos ambientais, são divulgadas pelas empresas brasileiras do segmento de energia elétrica, cadastradas na BM&FBovespa que se encontram inseridas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Os resultados mostram que grande parte dos custos divulgados, são evidenciados de forma qualitativa. Desse modo, observou-se que as informações acerca dos aspectos ambientais, são publicadas no Relatório de Sustentabilidade, porém são limitadas a sua forma descritiva.

De forma similar, Santos, Silva e Lorandi (2014) empreenderam uma pesquisa que objetivou identificar o nível de evidenciação ambiental das companhias listadas na atual B3 (Bolsa de Mercadorias e Futuros, Bolsa de Valores de São Paulo e Central de Custódia e de Liquidação Financeira de



RELISE

93

Títulos) pertencentes ao segmento de energia elétrica. Com este estudo, identificou-se que dentre as 65 companhias listadas nesse segmento, 75% (49 empresas) divulgaram o relatório socioambiental correspondente ao ano de 2011. Além disso, os resultados da pesquisa apontaram que 34 empresas evidenciaram 90% ou mais dos itens analisados na pesquisa, sendo que 28 delas descreveram todos eles nos relatórios.

Beuren, Santos e Gubiani (2013) realizaram um estudo com o objetivo de identificar as informações ambientais que estão sendo evidenciadas nos relatórios da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A amostra utilizada foi de 11 empresas do setor elétrico, com um recorte de 30 empresas de capital aberto listadas no ISE. Os resultados evidenciaram que as oito categorias ambientais tiveram subcategorias evidenciadas nos relatórios da administração das empresas. As subcategorias mais evidenciadas foram: declaração das políticas/práticas atuais e futuras; qualquer menção sobre sustentabilidade; e conservação da biodiversidade. As subcategorias não evidenciadas foram: processo de acondicionamento/embalagem; uso eficiente/reutilização da água; vazamentos/derramamentos; utilização de materiais desperdiçados na produção de energia; discussão sobre preocupação com a possível falta de energia; práticas contábeis de itens ambientais; seguro ambiental; e ativos ambientais tangíveis e intangíveis.

Por outro lado, Braga *et al.* (2011) desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo foi identificar os fatores determinantes do nível de divulgação da informação ambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro, no período de 2006 a 2009. Esta pesquisa teve como amostra 60 empresas brasileiras do setor de energia elétrica que publicaram seus relatórios de sustentabilidade no website da Global Reporting Initiative (GRI) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os resultados mostraram que a



RELISE

94

divulgação dos indicadores da ANEEL influenciou positivamente o nível de divulgação da informação ambiental no período, o modelo mais adequado é o de efeitos aleatórios e as variáveis pressão do agente regulador, relatório de sustentabilidade e desempenho econômico foram significantes neste modelo.

Já Lugoboni *et al.* (2015), por meio de sua pesquisa, buscaram compreender de que forma as empresas do segmento de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado de Governança Corporativa divulgam aos interessados seus Relatórios de Sustentabilidade. Ademais, esses mesmos pesquisadores utilizaram-se da análise documental, através dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do setor elétrico: CEEE, Cemig, Cesp, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light, Tractebel e MPX, dos anos de 2010, 2011 e 2012. Neste estudo, concluiu-se que houve uma leve evolução na divulgação dos indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), possivelmente por serem reconhecidos internacionalmente, o que proporciona às empresas maior confiabilidade e transparência em suas informações.

## METODOLOGIA

### *Procedimentos metodológicos*

A metodologia utilizada para realização do presente artigo compreendeu-se como descritiva, pois são analisadas determinadas práticas ambientais, divulgadas nos relatórios de sustentabilidade da empresa selecionada, como prescreveu Giacomini (2017).

Neste mesmo sentido, Gil (2002) assevera que um estudo com perspectiva descritiva objetiva, principalmente, descrever as características de determinados fenômenos, populações ou estabelecer relações entre variáveis.



RELISE

95

Utilizou-se também nos procedimentos metodológicos uma abordagem documental com uma perspectiva qualitativa, visto que a pesquisa utilizará dados secundários, com fonte documental para coleta. Esta coleta foi realizada no *website* da empresa objeto de pesquisa. Além disso, não serão utilizadas técnicas estatísticas para análise dos dados.

Beuren (2008) assinala que numa pesquisa qualitativa é feita uma análise mais aprofundada do fenômeno que está sendo estudado, evidenciando pontos ainda não observados em um estudo com abordagem quantitativa.

#### *Caracterização da empresa pesquisada*

A companhia Equatorial Energia Pará, empresa paraense de capital aberto, atua no ramo de distribuição de energia e contempla a expansão, manutenção e operação do sistema para o atendimento do mercado. Ela cumpre as regulações da ANEEL, que estabelecem regras e condições gerais para o serviço de distribuição de energia elétrica por meio do contrato de concessão e resoluções específicas.

Em 1962, a Equatorial Energia Pará, antes conhecida como Centrais Elétricas do Pará (Celpa) foi criada com o intuito de eletrificar o Estado do Pará. Posteriormente, associou-se à Força e Luz do Pará S.A - Forluz, dando origem uma única concessionária de energia.

No ano de 1981, a Celpa passou a contar com energia do Sistema Interligado Norte-Nordeste. Em 1998, por intermédio de um leilão de privatização que foi realizado no dia 09 de julho, passou a fazer parte da Rede Energia. Além disso, em 1º de novembro de 2012, a Equatorial Energia adquiriu o controle da Celpa, dada a sua expertise no processo de turnaround de ativos estressados. O grupo Equatorial Energia é uma *holding* que atua no setor de energia elétrica desde 2004.



RELISE

96

Em 19 de abril de 2013, a Assembleia Geral da Celpa homologou parcialmente o seu aumento de capital, através do qual a Equatorial Energia passou a deter 96,18% do seu capital total e em novembro de 2014 a Celpa saiu da Recuperação Judicial.

Atualmente, a Equatorial Energia Pará é uma concessionária de distribuição de energia elétrica, que possui uma área de concessão de 1.247.690 km<sup>2</sup>, abrange todos os 144 municípios do Estado do Pará e beneficia mais de 7,7 milhões de habitantes.

Ademais, a Equatorial Energia Pará adota a prática da divulgação anual de relatórios de sustentabilidade. Neste sentido, busca-se identificar a evolução da divulgação de informações socioambientais em seus relatórios de sustentabilidade.

Portanto, justifica-se a utilização desta empresa, pelo fato de organizações do setor de distribuição e geração de energia serem consideradas potencialmente poluidoras, pois, estas afetam diretamente o meio ambiente através dos seus projetos de expansão.

#### *Coleta dos dados*

Os dados foram coletados a partir de pesquisa documental de fonte secundária nos relatórios de sustentabilidade modelo GRI publicados no *website* da própria empresa, referente aos exercícios de 2010 a 2016. É importante destacar que estão disponíveis no *website* da empresa, apenas os relatórios de sustentabilidade desses respectivos anos. Desta maneira, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977), buscando os termos por palavras-chave.

Além disso, os relatórios de sustentabilidade da empresa foram buscados no *website* da própria empresa, sendo encontrados na aba



RELISE

97

relacionada à responsabilidade social, especificamente, no campo de relatórios de sustentabilidade.

Vale ressaltar, que a coleta buscou verificar a divulgação de efluentes e resíduos ambientais, que estão de acordo com os indicadores do aspecto efluentes e resíduos ambientais da categoria ambiental das diretrizes GRI.

Levando em consideração os relatórios nos moldes da GRI da empresa pesquisada, e, aspirando a identificação do *disclosure* de informações socioambientais de acordo com a categoria ambiental das diretrizes GRI, foi elaborado um *checklist* formado por 42 itens de divulgação, divididos em 12 grupos de informação dos indicadores GRI, conforme o Quadro 1.

Determinada as categorias e os itens sobre informações ambientais, houve a verificação se a empresa divulgou cada um dos itens de informação elencados no quadro 1. Desta forma, utilizou-se como variáveis a Divulgação Total do Item (DTI), considerado “2” para quando a empresa apresentou divulgação ambiental total do item analisado; Divulgação Parcial do Item (DPI), atribuindo-lhe “1” para quando a empresa apresentou, parcialmente, divulgação ambiental do item analisado; e, Nenhuma Divulgação do Item (NDI), concedendo “0” para quando a empresa não apresentou divulgação ambiental do item analisado.





RELISE

98

**Quadro 1** - Itens de informações da categoria ambiental a serem divulgadas de acordo com as diretrizes GRI.

| Grupo de informação dos indicadores GRI                              | Itens de divulgação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| EMISSIONES DIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (ESCOPO 1)        | 1. Emissões diretas brutas de GEE (Escopo 1) em toneladas métricas de CO <sub>2</sub> equivalente, independentemente de quaisquer negociações de GEE, como compras, vendas ou transferências de compensações ou licenças.<br>2. Gases incluídos no cálculo (CO <sub>2</sub> , CH <sub>4</sub> , N <sub>2</sub> O, HFCs, PFCs, SF <sub>6</sub> , NF <sub>3</sub> ou todos).<br>3. Emissões biogênicas de CO <sub>2</sub> em toneladas métricas de CO <sub>2</sub> equivalente separadamente das emissões diretas brutas (Escopo 1) de gases de efeito estufa.                                                                                                                                                                                                                                         |
| EMISSIONES DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO (SDO)      | 4. Produção, importações e exportações de SDO em toneladas de CFC-11 equivalente.<br>5. Relate as substâncias incluídas no cálculo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| PESO TOTAL DE RESÍDUOS, DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO | 6. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Reutilização.<br>7. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Reciclagem.<br>8. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Compostagem.<br>9. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Recuperação, inclusive recuperação de energia.<br>10. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Incineração (queima de massa).<br>11. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Injeção subterrânea de resíduos.<br>12. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Aterro.<br>13. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Armazenamento no local.<br>14. Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para Outros (a serem especificados pela organização). |
| TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE                                  | 15. Volume total de água retirada de Águas superficiais, incluindo áreas úmidas, rios, lagos e oceanos.<br>16. Volume total de água retirada de Águas pluviais diretamente coletadas e armazenadas pela organização.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |



# RELISE

99

**Quadro 1** - Itens de informações da categoria ambiental a serem divulgadas de acordo com as diretrizes GRI. (continuação)

| Grupo de informação dos indicadores GRI                                                                                                                                                          | Itens de divulgação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FONTES HÍDRICAS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADAS POR RETIRADA DE ÁGUA                                                                                                                                 | <p>17. Número total de fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água pelo tamanho da fonte hídrica.</p> <p>18. Divulgação se a fonte é ou não designada como área protegida (nacional ou internacionalmente).</p> <p>19. Divulgação do valor da fonte hídrica para a biodiversidade (p. ex.: diversidade e endemismo de espécies, número total de espécies protegidas).</p> <p>20. Divulgação do valor ou importância da fonte hídrica para comunidades locais e povos indígenas.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| DESCRIÇÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS | <p>21. Natureza de impactos diretos e indiretos significativos sobre a biodiversidade em relação a Redução de espécies.</p> <p>22. Natureza de impactos diretos e indiretos significativos sobre a biodiversidade em relação a Conversão de habitats.</p> <p>23. Impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação as Espécies afetadas.</p> <p>24. Impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação a extensão de áreas impactadas.</p> <p>25. Impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação a duração dos impactos.</p> <p>26. Impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação a reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos.</p> |
| HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS                                                                                                                                                               | <p>27. Tamanho e a localização de todas as áreas de habitat protegido ou restaurado e se o sucesso das medidas de restauração foi aprovado por especialistas externos independentes.</p> <p>28. Se há parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de habitat diferentes daquelas nas quais a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção.</p> <p>29. Status de cada área com base na sua condição no final do período coberto pelo relatório.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |



RELISE

100

**Quadro 1** - Itens de informações da categoria ambiental a serem divulgadas de acordo com as diretrizes GRI. (continuação)

| Grupo de informação dos indicadores GRI                                                                                                                                                                              | Itens de divulgação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NÚMERO TOTAL DE ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA IUCN E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO COM HABITATS SITUADOS EM ÁREAS AFETADAS POR OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, DISCRIMINADAS POR NÍVEL DE RISCO DE EXTINÇÃO | 30. Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| DESCARTE TOTAL DE ÁGUA, DISCRIMINADO POR QUALIDADE E DESTINAÇÃO                                                                                                                                                      | 31. Volume total de descartes de água planejados e não planejados por destinação.<br>32. Volume total de descartes de água planejados e não planejados por qualidade da água, inclusive seu método de tratamento.<br>33. Normas, metodologias e premissas adotadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS                                                    | 34. Multas significativas e sanções não monetárias e os seus respectivos valores totais.<br>35. Número total de sanções não monetárias.<br>36. Processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem.<br>37. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e regulamentos, uma breve declaração desse fato será suficiente.                                                                                                                                                                                          |
| TOTAL DE INVESTIMENTOS E GASTOS COM PROTEÇÃO AMBIENTAL, DISCRIMINADO POR TIPO                                                                                                                                        | 38. Investimentos e custos de prevenção e gestão ambiental.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS AMBIENTAIS PROTOCOLADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL                                                                             | 39. Número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas por meio de mecanismos formais durante o período coberto pelo relatório.<br>40. Queixas e reclamações identificadas processadas durante o período coberto pelo relatório.<br>41. Queixas e reclamações identificadas solucionadas durante o período coberto pelo relatório.<br>42. Número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período. |

Fonte: Dados da pesquisa adaptados das diretrizes GRI modelo G4 (2018)



RELISE

101

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram analisados 42 itens da divulgação ambientais, agrupados em doze grupos de indicadores pelas diretrizes GRI, sendo os dados analisados, inicialmente, por meio de estatística descritiva média, desvio-padrão e variância.

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das variáveis das empresas da amostra.

| Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis |         |          |          |
|-------------------------------------------------|---------|----------|----------|
|                                                 | DTI     | DPI      | NDI      |
| <b>MÉDIA</b>                                    | 0,47619 | 0,166667 | 6,357143 |
| <b>DESVIO PADRÃO</b>                            | 1,25403 | 0,58086  | 1,321888 |
| <b>VARIÂNCIA</b>                                | 1,57259 | 0,345122 | 1,747387 |

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

De acordo com os dados da Tabela 1, a média da NDI é de “6,35”, que é, expressivamente, superior às médias da DTI e DPI, “0,47” e “0,16”, respectivamente. Desta maneira, a análise da estatística descritiva dessas variáveis mostra que no período analisado, houve pouquíssima divulgação dos itens, corroborando com o estudo de Pereira, Luz e Carvalho (2013) que encontrou o resultado indicando que nesse segmento empresarial, o nível de evidenciação ambiental ainda é frágil e necessita de regulamentação e maior transparência.

Verificou-se também que o desvio-padrão e a variância das variáveis estão, demasiadamente, baixos, denotando uma baixa dispersão em relação à média. Ou seja, grau de homogeneidade é bastante significativo, os quais mostram que não houve grandes variações dos dados analisados.

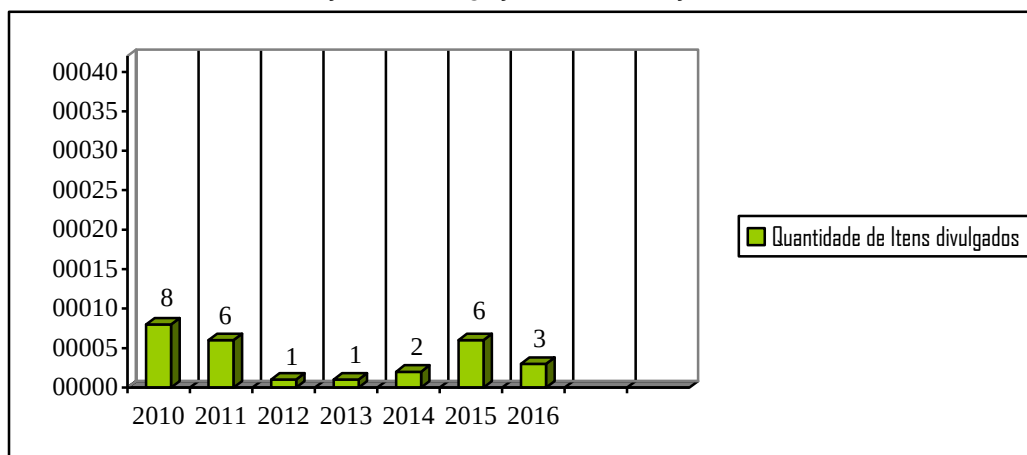


RELISE

102

Além disso, investigou-se a evolução da divulgação de informações socioambientais e suas características, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Evolução da divulgação de informações socioambientais



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Conforme o Gráfico 1, o ano que teve maior número de itens divulgados foi 2010, com a divulgação de 8 itens, representando, aproximadamente, 19,05% dos itens utilizados. Seguido dos anos 2011 e 2015, com evidenciação de 6 itens em ambos, representando, aproximadamente, 14,29% dos itens utilizados.

Os anos 2012 e 2013 divulgaram apenas 1 item socioambiental, o que representa, aproximadamente, 2,38% dos itens utilizados. Já os anos 2014 e 2016 totalizaram 4,76% e 7,14% dos itens analisados, respectivamente.

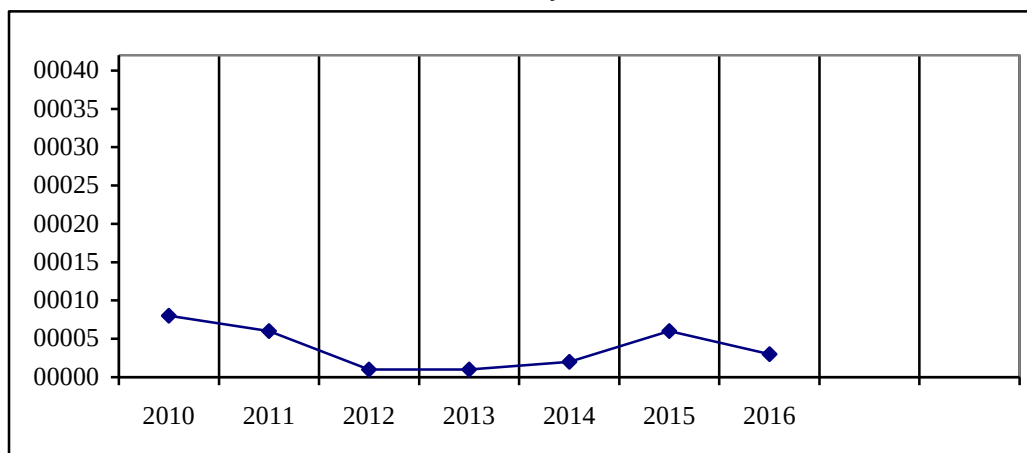
Portanto, é evidente o baixo nível de *disclosure* da empresa no período. Observou-se também que, no período analisado não houve uma progressão na evidenciação de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade da empresa objeto de pesquisa. Mas, o que se constatou foi uma oscilação, conforme o Gráfico 2.



RELISE

103

Gráfico 2 – Panorama da oscilação do *disclosure* ambiental



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Notou-se que os itens que abordam sobre as “multas significativas e sanções não monetárias”, “emissões diretas de GEE” e “gases incluídos no cálculo” foram os mais divulgados e os que tiveram maior número de divulgação total. Por outro lado, os itens que abordam sobre “peso total dos resíduos perigosos” e “número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN” foram os que tiveram maior número de divulgação parcial.

Mediante a análise dos resultados, observou-se, também, que houve itens de divulgação que foram evidenciados em apenas um ano do período analisado, não havendo uma sequência de divulgação em todos os anos. Porém, percebeu-se que houve itens que foram divulgados em quase todos os anos do período em questão.

Outrossim, detectou-se, ainda, que aproximadamente, 69,05% dos itens, não teve nenhuma divulgação em nenhum dos anos analisados. Em contrapartida, os itens que tiveram divulgação total, em algum dos anos analisados, representam 14,29% e os itens que tiveram divulgação parcial totalizam 9,52% dos itens utilizados.



RELISE

104

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar as características relacionadas à evolução da divulgação de informações socioambientais ao longo dos anos na companhia Equatorial Energia Pará. Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade, dos anos de 2010 a 2016, com abordagem qualitativa, através de análise descritiva.

Os resultados indicaram que a empresa apresentou um baixo nível de *disclosure* ambiental no período analisado. Além disso, evidenciou-se que no período não houve uma progressão de divulgação socioambiental.

Os anos com o maior número de itens divulgados foram 2010, com a divulgação de 8 itens, representando, aproximadamente, 19,05% dos itens utilizados. Seguido dos anos 2011 e 2015, com evidenciação de 6 itens em ambos, representando, aproximadamente, 14,29% dos itens selecionados. Nos anos 2012 e 2013 houve divulgação de apenas 1 item socioambiental, o que representa, aproximadamente, 2,38% dos itens utilizados. Já os anos 2014 e 2016 totalizaram 4,76% e 7,14% dos itens analisados, respectivamente.

Ademais, a NDI apresentou uma média de “6,35”, que é, expressivamente, superior às médias da DTI e DPI, “0,47” e “0,16”, respectivamente. Desta forma, a análise dessas variáveis mostra que no período analisado, houve pouquíssima divulgação dos itens, corroborando com o estudo de Pereira, Luz e Carvalho (2013) que encontrou o resultado indicando que nesse segmento empresarial, o nível de evidenciação ambiental ainda é frágil e necessita de regulamentação e maior transparência.

Assim, foi possível responder à questão de pesquisa, a qual questionava: quais as características relacionadas à evolução da divulgação de informações socioambientais ao longo dos anos na na companhia Equatorial Energia Pará? Sendo identificado que não houve uma progressão de





RELISE

105

divulgação de informações socioambientais, o que evidenciou uma oscilação, além de um baixo nível de *disclosure* ambiental.

Como limitações do estudo, apresenta-se a utilização dos relatórios de sustentabilidade de apenas sete anos, compreendendo os anos de 2010 a 2016, sendo justificada pela ausência dos demais relatórios no *website* da empresa analisada. Pois, para que a pesquisa seja mais abrangente necessita-se um período maior.

Recomenda-se para estudos futuros sobre a temática, que sejam realizadas pesquisas englobando um maior número de relatórios de sustentabilidade da empresa no modelo GRI, pois, desta forma, a pesquisa será mais abrangente.

## REFERÊNCIAS

ANZILAGO, M.; DECIÊ, F. P.; SANTOS, E. A.; FILHO, C. R. Evidenciação de custos e despesas ambientais nas empresas do segmento de energia elétrica registradas na BOVESPA e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 5-24, 2017.

AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 27, n. 1, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEN, F. Evidenciação de informações ambientais pelas empresas gaúchas. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 3, p. 63-80, 2005.

BEUREN, I.; SANTOS, V.; GUBIANI, C. A. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 10, n. 1, 2013.

BEUREN, I. M. (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.



RELISE

BOEING, D.; ROVER, S. Análise da correlação entre a divulgação de informações ambientais e os indicadores de rentabilidade. 2016.

BORGES, A.; ROSA, F.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção On Line**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.

BRAGA, C.; SAMPAIO, M. S. A.; SANTOS, A.; SILVA, P. P. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2013.

CAVALCANTE, C. H. L. Divulgação e transparência de informações ambientais. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 159, p. 58-73, jan. 2012. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://www.rbcdigital.org.br/index.php/rbc/article/view/677>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CAVALCANTI, G. H. C.; ALMEIDA, K. K. N.; ALMEIDA, S. R.; LIMEIRA, M. P. Divulgação de Informações contábeis ambientais das empresas brasileiras do setor de utilidade pública: Um estudo sobre o grau de aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 2, 2010.

CONCEIÇÃO, E. F.; COSTA, G. G.; LEAL, P. H.; MORAIS, H. A. R.; OLIVEIRA, M. C. S. Disclosure De Informações Sobre Efluentes E Resíduos Ambientais Nas Empresas Potencialmente Poluidoras Listadas Na B3. In: **Anais do Encontro Internacional de Gestão e Meio Ambiente – ENGEMA**. 2017.

DI DOMENICO, D.; TORMEM, L.; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, 2017.

GIACOMIN, J. Evidenciação de informações ambientais por empresas de capital aberto do rio grande do sul. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 299-323, 2017.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



RELISE

107

GUBIANI, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Sociedade, contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, 2013.

LEAL, P. H.; ALMEIDA, J. E. G. S.; FEITOSA, M. O.; ALMEIDA, T. A.; GUSMÃO, C. R.; PEREIRA, R. S. Disclosure de custos ambientais nas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBovespa. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2017.

LUGOBONI, L. F.; PAULINO, A. T.; ZITTEI, M. V. M.; PEREIRA, R. S. Importância da sustentabilidade para as empresas do setor de energia elétrica: utilização de relatório de sustentabilidade com base no GRI. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 5, n. 3, p. 04-25, 2015.

MAÇAMBANNI, T. A.; VAN BELLEN, H. M.; SILVA, T. L.; VENTURA, C. Evidenciação Socioambiental: Uma Análise do Balanço Social de Empresas do Setor Elétrico que Atuam nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, 2013.

MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. S.; PENTEADO, I. A. M. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, 2012.

MURCIA, F.; ROVER, S.; LIMA, I.; FÁVERO, L. P. L.; LIMA, G. A. S. F. 'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2009.

OLIVEIRA, Allas Jony da Silva. **Sustentabilidade Ambiental: Um Estudo no Setor de Energia Elétrica da Região Norte e Nordeste do Brasil**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017.

PEGLOW, I.; ROVER, S. Evidenciação Dos Impactos Ambientais Como Instrumento De Transparência E Responsabilidade Empresarial Do Setor De Papel E Celulose. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 21, p. 179-202, 2017.

PEREIRA, F. E.; LUZ, J. R. M.; CARVALHO, J. R. M. Evidenciação das Informações Ambientais das Empresas do Setor de Energia Elétrica do Brasil no ano de 2012. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2013.



RELISE

108

RAMOS, Lucas Vinícius Barbosa. **Evidenciação do passivo ambiental: um estudo das empresas do setor de energia elétrica**. 2017. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

RIBEIRO, F. et al. Responsabilidade Social Corporativa E O Desempenho Financeiro No Setor De Energia Elétrica: Um Estudo Com Modelo De Dados Em Painéis. **Gestão & Regionalidade**, v. 33, n. 99, 2017.

ROSA, F. S.; LUNKES, R. J.; SOLER, C. C.; FELIU, V. M. R. Estudo sobre o Global Report Initiative de empresas de energia elétrica dos Estados Unidos, do Brasil e da Espanha no período de 1999 a 2010. **Revista Organizações em contexto**, v. 9, n. 17, p. 99-124, 2013.

ROVER, Suliani. **Disclosure ambiental de empresas pontencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROVER, S.; BORBA, J. A.. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2007.

SANTOS, M. S.; SILVA, T. L.; LORANDI, J. A. Evidenciação Ambiental—Análise Da Aderência Ao Relatório De Responsabilidade Socioambiental Da Aneel Pelas Companhias Do Setor Elétrico Listadas Na Bm&Fbovespa. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 2, n. 2, p. 126-147, 2013.

SILVA, T. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. Evidenciação de custos e investimentos ambientais das companhias do setor elétrico listadas no ISEBM&FBOVESPA 2011/2012. **CEP**, v. 88, p. 970, 2012.

SILVA, D. F.; DA COSTA LIMA, G. F. Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 10, n. 2, p. 334-359, 2013.

SUERTEGARAY, D.; SCHÄFFER, N. Análise Ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. **Porto Alegre: a metrópole e seu delta. Terra Livre**, (3), p. 89-104, 1988.